

Onde está o dinheiro? Where is the money?

Almeida J.¹

ARTIGO DE OPINIÃO | OPINION ARTICLE

Início com uma declaração de interesses. Não me interessa coligir informação de suporte à opinião aqui escrita. Não me interessa procurar os responsáveis. Interessa manifestar a minha vivência profissional das últimas duas décadas e, de preferência, despojada de qualquer nível de pretensiosismo.

Quando entrei no setor farmacêutico este encontrava-se com elevada organização, fruto de uma associação forte que defendia os interesses das farmácias e de um regime legal apertado, que impunha às farmácias inúmeros deveres e lhes oferecia diversas “regalias”, como a propriedade e a instalação. As farmácias não estavam reféns de pagamentos estatais fora de horas com elevados prejuízos.

Estas regalias foram sempre discutidas do ponto de vista comercial, objetivos esses que reputo desde já como legítimos, ignorando o bom equilíbrio que se estabelecia entre os diversos operadores e mantendo a concorrência refreada, num setor que a meu ver tem uma especificidade própria que assegura um serviço de saúde de qualidade e necessário à população e justifica a proteção desse mesmo equilíbrio.

Quando falamos de farmácias, falamos de duas mil e oitocentas microempresas com quatro a cinco colaboradores, com uma distribuição geográfica muito vasta, com quadros de gestão assegurados por farmacêuticos, com realidades locais muito distintas, que as torna muito diferentes entre si e as obriga a um “benchmarking” permanente e a um esforço enorme de adaptação para cumprimento de práticas adequadas à legislação vigente.

Quando entrei no setor este tinha a fama de

um “el dorado”, onde o protecionismo era a palavra de ordem, as margens, ou rendas como hoje se diz, eram absurdas e o “lobby” associativo era desmesurado.

Sempre questioneei, onde estava o dinheiro? Onde estava essa apregoada mina de ouro? Teriam as farmácias a fama e não o proveito?

Certamente que o setor das farmácias de então usufruía de alguma estabilidade e tinha um crescimento indexado ao volume e valor dos medicamentos transacionados. Os preços, as margens e a prescrição não eram, e assim continuaram, independentes da atividade das farmácias comunitárias. O setor era extremamente controlado, sob o ponto de vista deontológico. Extremamente supervisionado do ponto de vista tributário, era um dos seus grandes contribuidores, sendo eventualmente o setor com menor fuga aos impostos em Portugal. O setor tinha uma capitação (número de habitantes/farmácia) dentro da média europeia. O setor tinha uma das margens sobre o medicamento das mais baixas ao nível europeu.

Onde estava o dinheiro sempre foi uma das minhas questões, não sei se por falta de visão, de conhecimento, ou de criatividade.

Depreendo no entanto que existiu quem não tivesse dúvidas da existência do dinheiro, e que todas as ações que sucederam após o virar do milénio foram atos, que se verificaram não produtivos, na procura do “el dorado”. Vejamos alguns exemplos:

i) A saída dos medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) para fora das farmácias sob a capa do melhor acesso e melhores preços. Sobre o acesso bem sabemos a capilari-

¹Presidente da Delegação Norte da Associação Nacional das Farmácias, Portugal

Endereço para correspondência: João Almeida E-mail: joao.almeida@anf.pt

Submetido/ Submitted: 3 de dezembro 2014| Aceite/Accepted: 3 de dezembro de 2014

dade de distribuição das farmácias em Portugal, desde as grandes cidades ao interior profundo, quanto ao preço bastará comparar o mesmo sobre três ou quatro blockbusters para perceber a evolução em alta dos preços dos MNSRM. Sobre esta medida, não se pode deixar de notar a concentração do negócio dos MNSRM fora da farmácia num único operador e a implementação imprudente desta medida ao atirar para o livre acesso todos os MNSRM, situação impar no contexto europeu. Hoje o grosso do mercado continua sob a alçada das farmácias.

ii) A implementação de farmácias nos hospitais, hoje em dia já fechadas, aqui sob a capa do acesso facilitado da população. Esquecendo aqueles que durante anos asseguraram este serviço com o ónus económico e pessoal aí inerente: aquelas que são as verdadeiras unidades de saúde de proximidade. Também aqui nada, em boa verdade, se estudou adequadamente: nem o impacto destas unidades no seu ecossistema, nem o impacto na possível promiscuidade entre a prescrição e a dispensa, nada. O resultado é visível, com a falência das unidades entretanto abertas.

iii) A liberalização da propriedade, ideia que facilmente colhe adeptos se transmitida superficialmente, mas que para os mais atentos é facilmente refutável, face à especificidade e dimensão do negócio isoladamente. De facto ao dissociarmos a propriedade da direção técnica, reforçando que estas unidades têm poucos colaboradores, influenciámos de forma muito próxima e direta todo o poder de decisão, acrescentando de sobremaneira os valores económicos em detrimento dos técnicos. Hoje a maioria das farmácias continuam sob propriedade de farmacêuticos.

iv) A tentativa de obrigar as farmácias de receber os seus créditos diretamente do estado, sem qualquer fundamento, sem qualquer pedido das mesmas, parte interessada, em o fazer. Com que intuito? Teria o estado granjeado a conotação de bom pagador ou seria o mero propósito de “dividir para reinar”? Hoje os pagamentos do estado continuam a ser assegurados de forma regular e transparente pelos mecanismos legais.

Pessoalmente surge-me outra dúvida, intrinsecamente ligada à primeira. Tendo a farmácia comunitária uma componente económica, estariam as suas contas de exploração adequadas, estariam os resultados bem aplicados?

Aqui a resposta é muito facilitada. Além dos contributos fiscais diretos já referidos, as farmácias reforçaram os seus recursos humanos, diferenciando-se pelo quadro de pessoal qualificado, que passou nos últimos anos a contar com dois ou três farmacêuticos por cada uma destas unidades, profissionais esses que possuem uma formação base muito relevante tornando-se num ativo de extrema relevância para o setor, mas que obviamente têm o seu custo económico associado. Este era e continuará para bem a ser um dos custos mais elevados das farmácias, retirando claramente as mercadorias transacionadas. As farmácias modernizaram-se do ponto de vista estrutural. É hoje por demais evidente o investimento efetuado nestes espaços, com um parque informático invejável, infraestruturas remodeladas, com melhor comodidade interna e externa.

A conotação de riqueza no entanto permaneceu, estava demasiado associada ao setor, e na primeira oportunidade, sob a alçada das instituições internacionais, como a FMI, BCE, o setor das farmácias foi rapidamente vilipendiado. As farmácias foram chamadas a contribuir de um modo totalmente desequilibrado e, ainda mais relevante, acima das suas capacidades. Não conseguimos evidenciar, ou não quisermos ver, a diferença entre medicamentos hospitalares e ambulatoriais, a comparação foi direta com um “mix” de todo o setor do medicamento, sendo que os players são muito diferentes, em dimensão, em poder económico, em responsabilidade, como a formação do preço. As consequências foram claras e são hoje muito visíveis. Mais de quinze por cento das farmácias estão com declaração de penhora ou insolventes, reorganização forçada dos recursos humanos, faltas sucessivas em medicamentos, utentes a percorrerem várias farmácias para encontrarem os medicamentos que lhes foram prescritos.

A única visão positiva que posso tentar tirar desta realidade é baseada em ideias que embora já gastas, são sempre boas de recordar quando temos que dar a volta por cima a um problema: “as dificuldades criam oportunidades”; “o que não te mata torna-te mais forte”, etc, etc. Para estas frases serem nosso lema, temos que contudo fechar aos olhos às baixas, sem nos esquecermos de muitos casos, pessoais e profissionais, e olhar em frente, olhar em frente. Acredito assim que estas agressões

constantes poderão a prazo ser parte importante da história das farmácias ao dissociá-las das “rendas excessivas”. As farmácias souberam resistir com uma dignidade impar, mantiveram-se organizadas, otimizaram os seus processos internos, asseguraram boa parte do seu capital humano. Irão com certeza sobreviver e, caso necessário, renascer das cinzas, com a sua força característica, pela proximidade, responsabilidade e nível de serviço

que habituaram toda uma população que disso precisa.

Curioso ver que com tanto pretense lucro no setor das farmácias, e após tanta agressão e desregulamentação, não tenha surgido, entre os que lhes apontavam o dedo, um melhor modelo de organização e serviço! Estariam porventura enganados?

Vamos assistir, atentos, curiosos e intervenientes ao rasto do dinheiro.

Dezembro de 2014